

# Uma instrumentalização intolerável

A saída ou permanência de Marcelo Rebelo de Sousa (MRS) como comentador político da RTP tem sido um dos temas mais glosados nos últimos dias na área da comunicação social. Quase sempre a despropósito, a Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) tem visto o seu nome metido nesse assunto, como se, directa ou indirectamente, fosse a responsável pelo estado de saúde das relações de MRS com a RTP (e vice-versa).

É frequente a tentativa de instrumentalização da ERC, a propósito do que decide ou não decide ou do que se tenta que decida. Desta feita, no entanto, o despautério é demasiado para que passe sem reacção.

Do que se trata, então?

Há pouco mais de uma semana, uma jornalista deu-me conta que tanto António Vitorino como MRS lhe tinham declarado que a razão apresentada para o fim do modelo de comentário político no serviço público de televisão seria uma imposição da ERC, ou, mais especificamente, uma consequência do seu modelo de avaliação do pluralismo político na RTP.

Explicando melhor, e indo ao caso concreto, como António Vitorino tinha decidido deixar o programa *Notas Soltas*, a RTP (melhor, a Direcção de Informação da RTP) teria considerado que, assim sendo, a ERC não “aceitaria” a subsistência do programa de comentário de MRS, *As Escolhas de Marcelo*.

Perante tal absurdo, neguei e segui adiante, convicto de que o esclarecimento tinha sido suficiente. Estranhei, já na altura, que o director de Informação da RTP (DI) não desmentisse o que vinha saindo na imprensa. Engano meu: não se tratava de um equívoco.

Realmente, nos últimos dias, o DI da RTP prestou declarações sobre o assunto, nas quais, em síntese, afirma o seguinte: a) a RTP não pode ignorar as recomendações da ERC; b) a saída de António Vitorino torna inviável a continuidade do programa de MRS; c) assim será porque, e cito, “não conseguimos encontrar uma solução sem contrariar as recomendações da ERC” (J. A. Carvalho, CM TV, 15.01.2010).

Pelo seu carácter extraordinário, esta construção justifica vários esclarecimentos.

Vejam as coisas como elas são, de mais perto - e com uma vantagem suplementar. Talvez, então, fique de uma



**J. A.  
Azeredo  
Lopes**

vez por todas claro que não é a ERC que priva uma cronista conhecida, que criticou de forma “ilustrada”, “gira” e “engaçada” a alegada posição do regulador sobre o assunto, do seu único momento semanal de televisão (o programa de MRS), enquanto deglute um *croissant* acompanhado a *vodka* (v. Filomena Mónica, jornal *i*, 13.01.2010).

Voltando às coisas sérias, é incompreensível que o director de Informação da RTP, e pelas piores razões, se arrogue a qualidade de intérprete qualificado das orientações da ERC a propósito do comentário político no serviço público de televisão, e que invoque esta para justificar uma decisão que, ao que suponho, por si foi concebida e a si compete. Tinha dúvidas? Bastava um simples telefonema, sem falar de outros processos de consulta mais formal.

Note-se bem o seguinte. A ERC sempre defendeu que o comentário político devia ser alargado, e não restringido ou eliminado; que, se o comentário era assegurado por MRS ou António Vitorino, por Joaquim, por Bebiãna ou Dinamene, tal era consequência de uma decisão que cabia, em exclusivo, à Direcção de Informação da RTP, sendo esse tanto um seu direito como sua responsabilidade; e que, como era evidente, não estava em questão o comentário que já existia, quanto, de forma bem diferente, os espaços de comentário que ainda não existiam.

Devo, aliás, dizer que a RTP deu passos importantes nesse sentido já em 2009, quando outros espaços de opinião foram criados.

A esta luz, é pelo menos estranho que, numa altura em que tanto se tem falado de casamento, venha agora o director de Informação da RTP “culpar” a ERC de outro tipo de união, entre MRS e António Vitorino, também já apodada de “álibi democrático”. Por causa da ERC, fica MRS? Fica António Vitorino. Sai António Vitorino? Sai MRS.

Devo então, pela enésima vez, e com esperança (talvez vã) de que possa ser a última, esclarecer e descansar o director de Informação da RTP. Se António Vitorino decidiu deixar o seu programa de comentário, nada impõe ou sequer justifica, no entender da ERC, que, só por esse motivo, MRS deva ver o seu programa terminado. Ou será necessário recordar, por exemplo, que o programa de MRS até existe há mais tempo do que o de António Vitorino?

Bem sei que se trata de perguntas e sugestões que “podem” ser consideradas ingerência, mas, paciência. Tendo António Vitorino decidido partir, não existirá, no



*Se António Vitorino decidiu deixar o seu programa de comentário, nada impõe ou sequer justifica, no entender da ERC, que, só por esse motivo, MRS deva ver o seu programa terminado*

território continental e nas ilhas, ninguém que possa representar com galhardia a mesma área de pensamento político-ideológico? Mesmo aceitando que é materialmente impossível substituir António Vitorino, por que motivo peregrino o DI da RTP defende, como parece defender, que na RTP o que agora existe é o Alfa e o Ómega dos modelos televisivos de comentário político? Esse modelo não pode evoluir ou adaptar-se? Não existem outras soluções?

Isto dito, se, ainda assim, o DI da RTP considera que MRS não deve continuar, está no seu direito. A ERC não se imiscui na autonomia editorial da RTP. Porém, se for esse o caso, e mesmo que seja uma maçada, o DI da RTP estará obrigado a assumir a decisão e o fundamento que a determina, sem se acobertar ou procurar refúgio confortável (prefiro acreditar que esse foi acto não consciente) no regulador da comunicação social.

Mesmo por isso, sugiro a Filomena Mónica que, por ora, suspenda os coices que propõe para “as quotas que a ERC criou”, essa “instituição tão idiota”. Ou, em alternativa, copiando imagem tão garbosa e de fino recorte, que os mande dar a outro destinatário. *Presidente do Conselho Regulador da ERC*